

212/1990/1



Egrégia Câmara Normativa
Recursal do COPAM

Por intermédio do Núcleo de Auto de Infração (NAI) – FEAM.

[Handwritten signature]
27/9

REFERENTE:

Processo Administrativo: COPAM/PA/Nº 242/1990/018/2007

Auto de Infração nº. F-1323/2007

Recurso contra aplicação de penalidade.

Granfêlix Mineração Indústria e Comércio Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 26.344.002/0001-91 e no Estado de Minas Gerais sob o nº. 010.654.3380010, sediada em Maristela, distrito do Município de Curral de Dentro, MG, que recebe citações, notificações e intimações na Av. Colatino Antunes nº. 20, Caixa Postal, 33, CEP: 39970-000, em Pedra Azul, MG, ora representada por Tarcisio Fernando Félix D'Assenção, brasileiro, casado, minerador, inscrito no CPF/MF sob o nº. 106.124.086-04, portador da Carteira de Identidade M-1.520.827, expedida por SSP/MG, residente e domiciliado na Fazenda União s/nº, Zona Rural do Município de Curral de Dentro, MG, CEP: 39.998-000, respeitosamente comparece à vossa presença, para interpor RECURSO contra a penalidade que lhe foi aplicada, nos seguintes termos:

1 – Decisão recorrida:

Recorre-se, pela presente, da decisão proferida nos autos do processo em referência, que manteve subsistente o auto de infração, aplicando as penalidades de multa e suspensão das atividades *tendo em vista que o autuado não providenciou o Licenciamento ambiental*, nos termos dos Artigos 83 e 96 do Dec. 44.844/2008. – fls. 55, dos autos – com base no parecer jurídico em fls. 51/53.

[Handwritten signature]
1

2 – Tempestividade do recurso:



Da decisão, foi intimada a recorrente em 27 de agosto de 2011, por carta com aviso de recebimento, conforme comprova pela juntada do espelho de acompanhamento dos correios¹. Assim sendo, o recurso será tempestivo se encaminhado até o dia 26/09/2011, o que está se efetivando neste momento.

3 – Razões Recursais:

3.1 – da insubsistência do auto de infração.

Deixou-se de acatar a defesa da recorrente, ao argumento de que nunca houve licenciamento das atividades anteriormente ao ato de fiscalização, reportando-se a diversos processos DNPM, dentre estes destacando o Processo 830.024/89. Todavia, no próprio parecer, às fls. 53, observa-se a referência à existência de Licença de Operação para pesquisa mineral, expedida e vigente até 24/05/2003.

Ocorre que, efetivamente, o exercício das atividades na jazida somente aconteceu durante o período de licenciamento, não havendo provas no auto de infração de exercício de atividades posteriores a esta data.

É de se observar que no auto de infração o próprio fiscal menciona dois elementos que foram desconsiderados pelo órgão de julgamento, essenciais ao acatamento da tese de defesa:

- 1 – As atividades estavam paralisadas no momento da fiscalização;
- 2 – A vegetação nativa já estava em plena recomposição.

Se o primeiro elemento não é suficiente a demonstrar suficientemente ou mesmo fazer presumir o momento em que atividades foram desenvolvidas no local, a referência à recuperação da vegetação nativa é prova capaz de fazer presumir que lapso razoável e extenso de tempo se passou, desde que as atividades se paralisaram, já que este fato da natureza não ocorre em pequeno espaço de tempo, como os 30 dias presumidos pelo ilustre fiscal como sendo o da paralisação.

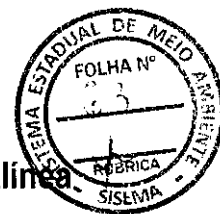
¹ Anexo – Espelho de acompanhamento do AR pelos correios.

Com efeito, as atividades terminaram licenciadas, conforme será demonstrado nos argumentos seguintes.

3.2 – Da recusa de aplicação das atenuantes existentes.

Ocorre que a recorrente cumpriu com diversas das condições que exigem a aplicação das atenuantes no valor da multa aplicada, tudo conforme o Artigo 68 do Decreto 44.844.

Assim sendo, a lisura e eficiência da fiscalização são provas por demais suficientes a fazer presumir que, da suposta operação sem licença, não decorreram danos à saúde pública ou ao meio ambiente, pelo que, **faz jus a recorrente a**



redução, sobre o valor base da multa, de 30%, nos termos do Art. 68, I, alínea "c", do Dec. 44.844/2008.

Por sua vez, o imóvel onde se instala o empreendimento, conforme ora se comprova por certidão de inteiro teor da matrícula 3.294, do livro 2-V, fls. 81, do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Pedra Azul, MG, mantém área preservada de reserva legal por termo de compromisso firmado com o IEF, devidamente Averbada (Av.-05), pelo que, **há de se aplicar as atenuantes previstas nas alíneas "a" e "f", do mesmo Inciso I do Artigo 68, ambas trazendo uma redução de 30% no valor base da multa aplicada.**

Todas as nascentes e matas ciliares nas propriedades do empreendedor são preservadas, o que a enquadra nas hipóteses da alínea "i" da norma supracitada.

Além disso, **após o longo tempo de tramitação do processo de licenciamento, a operação terminou por ser licenciada, mediante a AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE FUNCIONAMENTO nº. 03682/2010, após o deferimento pelo DNPM, da concessão de lavra correspondente, conforme se comprova, também pela juntada de cópias dos respectivos documentos.**

Também há de se registrar, como medida que deve refletir em hipótese de redução da multa, que **o próprio auto de infração registra a colaboração do infrator com medidas e projetos de educação social e ambiental nos municípios de sua atuação – fato assim mencionado pelo órgão fiscalizador no AI:**

Observou-se atuação da empresa em projetos de educação social e ambiental nos municípios de atuação da região. – fls. 02.

E, se não se pode afirmar que deveria ser aplicadas as hipóteses de colaboração do infrator na solução dos problemas advindos de sua conduta, é porque sua conduta, **efetivamente, não criou estes mesmo problemas, sendo inadmissível que a exegese da norma prevista na alínea "e" seja tomada para permitir a redução da penalidade para o infrator que CRIA O PROBLEMA, mas seja negada àquele que não traz problemas decorrentes de sua conduta, de forma que o primeiro, provocador de danos, seja beneficiado com a redução, e o segundo, se obrigue a arcar com o valor total da penalidade. Pelo que, também faz jus a recorrente, se não afastada a penalidade, à redução correspondente.**

Por todas estas razões, se percebe que, cumulativamente aplicadas as atenuantes à recorrente, não poderá, o valor da multa, ultrapassar o montante de



50% (cinquenta por cento) do valor da pena base, posto que lhe são atenuantes até o limite imposto pelo Artigo 69, do Decreto 44.844/2008.

3.3 – Do licenciamento da atividade -
afastamento da pena de suspensão;

Ocorre ainda que a licença ambiental, concedida, ainda aos 21 de outubro de 2010, antes mesmo de que fosse proferida a decisão, por si só, constitui elemento capaz de afastar a manutenção da aplicação da pena de suspensão das atividades, além de demonstrar o esforço imediato e eficaz do empreendedor recorrente a fim de sanar as irregularidades que se praticaram motivando sua penalização.

4 – Pedido de reforma da decisão:

Por todas essas razões, requer seja processado o presente recurso, apresentado na forma da lei, para:

1 – Decretar a insubsistência do auto de infração, afastando-se a aplicação da penalidade de Multa e de suspensão das atividades;

2 – Vencida a primeira tese de defesa e considerando esta autoridade subsistente o auto de infração, afastar a penalidade de suspensão, em virtude do licenciamento obtido.

3 – Da mesma forma, sejam aplicadas as atenuantes suplicadas, para reduzir o valor da multa aplicada no patamar de 50% (cinquenta por cento) de seu valor, por constituir direito líquido e certo do recorrente, em razão dos fatos comprovados.

4 – Requer, outrossim, declarando a fidelidade das cópias apresentadas com os originais, nos termos do Artigo 225 do novo código civil, que, se questionada sua autenticidade, seja oportunizado substituir os documentos por cópias autenticadas, de forma que a defesa não reste prejudicada, bem como a juntada de novos documentos até julgamento pela autoridade julgadora.

5 – Finalmente, acaso mantida a penalidade aplicada, requer a conversão do valor da penalidade aplicada em medidas de recuperação do meio ambiente, a serem autorizadas por TAC firmado entre o empreendedor e o órgão ambiental.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Belo Horizonte, MG - 26 de setembro de 2011.



**GRANFÉLIX MINERAÇÃO
INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**